



Edital de Chamada Pública nº 01/2017.

O Conselho da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Deputado Nominando Muniz Diniz, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua da Boa Vista – s/n – Centro – São José de Princesa - PB, CEP: 58758-000, inscrita no CNPJ sob n.º 01.371.870/0001-30, representada neste ato pelo (a) Presidente (a), o (a) Senhor (a) Maria José Lopes da Silva, no uso de suas prerrogativas legais e considerando o disposto no art. 26, da Resolução FNDE nº 26, de 17/07/2013, torna público para conhecimento dos interessados, que está realizando aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Deputado Nominando Muniz Diniz, durante o período de 30 de janeiro à 20 de fevereiro de 2017 e a escolha da proposta será no dia 20 de fevereiro na referida Escola às 15 horas.

1. Para o processo de habilitação os fornecedores da Agricultura Familiar deverão entregar ao (Conselho Escolar) os documentos prescritos nos § 1º, §2º e § 3º, do art. 27 da Resolução FNDE nº 26, de 17/07/2013.

1.1. Os fornecedores individuais deverão entregar:

- a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- b) Extrato da DAP Física do agricultor familiar participante, emitido nos últimos 30 dias; Familiar participante;
- c) Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, devidamente assinado pelo proponente;
- d) Declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são oriundos de produção própria, relacionada no projeto de venda.

1.2. Os Grupos Informais deverão entregar:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Física (CPF);
- b) Extrato da DAP Física de cada agricultor familiar participante, emitido nos últimos 30 dias;
- c) cópia da Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP Jurídica para associações e cooperativas;
- d) Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e/ou Empreendedor Familiar Rural para Alimentação Escolar com assinatura Procedimentos para execução do PNAE nas escolas estaduais de todos os agricultores participantes;

e) Declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos agricultores familiares relacionados no projeto de venda.

1.3. Os Grupos Formais constituídos em Cooperativas e associações deverão entregar:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova da DAP Jurídica para associações e cooperativas, emitido nos últimos 30 dias;
- c) Cópias das certidões negativas junto ao INSS, FGTS, Receita Federal e Dívida Ativa da União;
- d) Cópias do estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade registrada na Junta Comercial, no caso de cooperativas, ou Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no caso de associações. No caso de empreendimentos familiares, deverá ser apresentada cópia do Contrato Social, registrado em Cartório de Registro Civil de Pessoa Jurídica;
- e) Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar;
- f) Declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos associados relacionados no projeto de venda. O limite individual do agricultor familiar e do empreendedor familiar rural para alimentação escolar deverá respeitar o valor máximo de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), por DAP por ano, conforme disciplinado no Art. 32 da Resolução FNDE Nº 26, de 17/07/2013.

2. Gêneros alimentícios a serem adquiridos para Alimentação Escolar:

Item	Unidade	Quantidade	Preço
Arroz	KG	40	2,70
Banana prata	DZ	100	4,00
Batata inglesa	KG	80	3,00
Bebida láctea	Lt	80	4,00
Farinha de mandioca	KG	30	5,00
Cerne bovina moída	KG	15	18,00
Carne bovina com osso	KG	20	20,00
Carne bovina sem osso	KG	40	25,00
Cebola	KG	70	3,00
Cenoura	KG	50	3,00
Coentro	KG	20	5,00
Feijão carioca	KG	40	5,00
Feijão macassar	KG	70	12,00
Frango	KG	15	10,00
Mangaba	KG	90	5,00
Macaxeira	KG	30	3,00
Ovo de galinha	Bdj	50	8,00
Chuchu	Kg	100	2,00
Pão francês	Kg	100	3,00
Tomate	KG	80	3,00

Pimentão	Kg	10	4,00
Proteína de soja	Kg	10	6,50
Laranja	Kg	10	2,00
Melancia	Kg	80	3,00
Cajú	Kg	80	8,00
Cajá	Kg	50	6,00
Acerola	Kg	50	3,00
Goiaba	Kg	50	3,00
Graviola	Kg	40	4,00
Maracujá	Kg	40	8,00
Mamão	Kg	30	2,00
Abacaxi	Kg	30	3,00
Couve folha	Kg	10	6,00
Batata doce	Kg	20	3,00
Melão	Kg	20	3,00
Maçã	Kg	20	6,00
Alho	Kg	10	9,00
Filé de peixe	Kg	80	18,00
Rapadura	Kg	100	3,00

3. As amostras dos produtos deverão ser entregues até o dia **20/02/2017**, até as 17h00, na **Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Deputado Nominando Muniz Diniz**. Maiores informações à Rua da Boa Vista – s/n – Centro – São José de Princesa - PB, pelo telefone 83-998561366, no horário das 14h00 às 17h00. As especificações e as quantidades dos produtos estarão disponíveis nas Escolas e nas Gerências Regionais de Ensino.

4. Os gêneros alimentícios deverão ser entregues na **Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Deputado Nominando Muniz Diniz** à Rua da Boa Vista - S/N - Centro - São José de Princesa - PB, nos dias de segunda a sexta-feira, pelo período de **fevereiro à dezembro de 2017**.

5. A aquisição dos gêneros alimentícios será formalizada através de um Contrato de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar.

6. Os projetos apresentados até a data prevista nesse instrumento convocatório serão analisados em sessão pública e todas as atividades serão registradas em atas

7. O critério de priorização das propostas seguirá o que está definido no Art. 25 da Resolução FNDE N° 26/13, nessa ordem:

I. Os fornecedores locais do município;

II. Os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas;

III. Os fornecedores de gêneros alimentícios certificados como orgânicos ou agroecológicos, segundo a Lei n° 10.831, de 23 de dezembro de 2003;

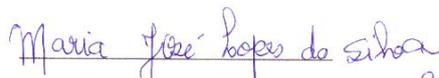
IV. Os Grupos Formais (organizações produtivas detentoras de Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP Jurídica) sobre os Grupos Informais (agricultores familiares, detentores de Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP Física, organizados em grupos) e estes sobre os Fornecedores Individuais; e

V. Organizações com maior percentagem de agricultores familiares e/ou empreendedores familiares rurais no seu quadro de sócios, conforme DAP Jurídica.

Em caso de persistir o empate, será realizado sorteio.

8. Caso a Escola não obtenha as quantidades necessárias de produtos Procedimentos para execução do PNAE nas escolas estaduais oriundas de produtores e empreendedores familiares locais, estas deverão ser complementadas com propostas de grupos de produtos e empreendedores familiares do território rural, do estado e do país, nesta ordem.

Princesa Isabel, 20 de janeiro de 2017



Presidente da UEx



Diretor (a) da Escola

Registre-se e publique-se